



Dos conceitos de cidade ou pequeno manifesto em favor de objetos múltiplos, indecisos e fluidos

Margareth da Silva Pereira

Marítima, líquida e nômade... essencialmente, fluida e urbana: pode-se perguntar se certos traços que marcaram a história da civilização luso-brasileira não poderiam trazer alguma contribuição para as reinteiradas discussões sobre as cidades contemporâneas e sobre o viver em cidades? Talvez a observação de algumas de suas práticas manifestasse outros conceitos de vida social capazes de modo simples revelar a própria historicidade dos sentidos que atribuímos, hoje, à palavra *cidade* e contribuir para a crítica de alguns de seus significados

De fato, nos últimos dez, quinze anos, multiplicaram-se livros, teses e colóquios que passaram a buscar refletir sobre os impactos das novas tecnologias e de novos comportamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à (de)construção do tecido social e urbano. Enfocando a cultura virtual ou a globalização e suas cidades, essa produção passou a enfatizar temas como a novidade do funcionamento das chamadas sociedades em rede, a mobilidade, a desconcentração e a re-localização das atividades econômicas, a exclusão, a governança ou a ação pública. Mais recentemente, em decorrência das discussões sobre os espaços públicos e a esfera pública, passaram a ser desenvolvidos os estudos de gênero e uma maior atenção aos hibridismos e a cidade vivida “em trânsito” e “sem limites”. Em um momento em que o conceito de mobilidade parece se ampliar os neologismos voltaram à cena para designar às novas “metápoles”, “megalópoles”, “cidades globais”, “cidades genéricas”, “edges cities”, “instant city”, entre outras expressões e a *naturalidade* do processo

histórico de instituição da vida em sociedade e “das cidades” parecem voltar a ser discutida.

Ora, em contraponto à reflexão sobre tendências situações ou questões vistas como “contemporâneas” também cresceu o interesse sobre o “passado”, sobre a “história urbana”, sobre os processos de “territorialização” das práticas sociais ou sobre as “culturas urbanas” em suas sedimentações ou mutações, de modo geral.

Nesta retomada crítica, ao lado da história da idéia de cidade, o que passou a ser considerado, para além da necessária discussão sobre a noção de *sociedade burguesa*, foi a própria construção da idéia de *cultura ocidental*, que lhe é indissociável. Os estudos têm, assim, se mostrado cada vez mais atentos, à identificação de traços comuns, mas também observado as diferentes configurações que esse duplo processo assumiu, em diversos momentos do passado ou nas diferentes geografias que envolveu.

Constata-se que no processo de ocidentalização e de reorganização da vida cidadina desde a chamada Idade Moderna, regiões e povoações foram mais mobilizadas do que outras em ritmos diversos. Por exemplo, visões de mundo foram sendo enunciadas, ganharam legitimidade, institucionalizaram-se enquanto outras ficaram em segundo plano assim como práticas culturais ou formas construídas se tornaram hegemônicas em alguns casos mais visivelmente que em outros. Mais recentemente, vem sendo estudados o próprio vocabulário urbano em cada tempo e cultura e os significados que se cristalizaram em torno de palavras aparentemente comuns e ainda a constituição dos “saberes profissionais” relativos à cidade.

Historicamente, em inúmeras conjunturas, o campo científico modificou não somente os seus objetos de estudo mas também sua linguagem e suas formas abordagem. Mas, talvez nas últimas décadas o campo do conhecimento tenha sido, particularmente, levado a questionar a si próprio, a interpretar a sua própria

história, desnaturalizando-se o próprio “saber”, revendo o reconhecimento, a seleção ou a interpretação que faz de fontes e dados, reescrevendo o “lugar” dos “precursores”, dos “fundadores” e das “influências”. Enfim, avaliando em que campo de possibilidades intelectuais se pôde pensar o que foi pensado e se construir “conceitos” .

Na verdade, desde a segunda metade do século XVIII mudanças sensíveis foram sendo observadas na conceituação de “cidade” levando tanto ao esgotamento de algumas das antigas definições da palavra quanto à construção de um novo *corpus* de conceitos e noções que lhe passaram a ser associadas. (Roncayolo: 1992,19) Ao longo do século XIX, as ciências humanas e sociais ao se constituírem como disciplinas construíram diferentes definições de “cidade”, em função das próprias formas de organização do campo de saber, da situação intelectual e prática dos diferentes autores e, enfim, de suas estratégias disciplinares e políticas, às quais as questões cognitivas, como se sabe, não são inteiramente dissociadas nem alheias.

A “cidade” das ciências humanas e sociais, como já alertou C. Topalov, tornou-se assim um “objeto indeciso” e está “por toda parte e em nenhum lugar”, pois considerada “o principal teatro da vida social no Ocidente”, está constituída cientificamente de modo diverso em “objeto de saber.” (Topalov:1997, 1057-58)

Cidade: um objeto de estudo contemporâneo

Ao “acúmulo” de pontos de vistas e práticas discursivas disciplinarmente construídas sobre a própria definição da palavra cidade, veio se juntar a produção crítica e editorial contemporânea. Aqui, duas tendências predominam: a primeira a circulação obras de uma nova geração de pesquisadores muitas vezes com neologismos que buscam introduzir deslocamentos semânticos em relação aos sentidos da palavra já cristalizados e a segunda a circulação de textos de autores “clássicos” e “fundadores” de forma muitas vezes descontextualizadas das

circunstâncias em que foram formuladas suas idéias, o que reforça por vezes velhos paradigmas de análise.

Nesse quadro observa-se, de todo modo, um claro centramento do interesse do campo do conhecimento pelas “cidades” e pelo seu significado social, político, filosófico - histórico. Em outras palavras trata-se da (re)constituição da própria “cidade” como objeto de saber pelas ciências sociais. Em decorrência, também vem se observando uma maior problematização, ainda que indiretamente, de outras formas históricas e culturais de vida coletiva e as diferentes formas de nomeá-las.

Contudo, se o conhecimento reunido nesta revisão e re-interpretação dos caminhos hegemônicos que o Ocidente tem traçado para si próprio e para suas cidades é volumoso ele permanece difuso e impotente no sentido de desfazer fronteiras disciplinares e geografias intelectuais. De autor a outro e de um campo disciplinar a outro, percebe-se hoje uma nova Babel em relação a um objeto de estudo que não apenas é “indeciso” mas também “múltiplo” (Roncayolo,), o que contudo não significa, necessariamente, “impreciso”.

Diversidade e descontinuidade são tomados aqui como próprios da natureza do objeto “cidade” e das questões que suscita. Este pressuposto entretanto não invalida um questionamento ainda que rápido dos significados atribuídos à palavra e seus usos no vocabulário de textos acadêmicos correntes pois certamente manifestam um novo momento de deslocamentos de sentidos ou desdobramentos de antigos conceitos que talvez fosse fecundo problematizar. A identificação dos processos de conceituação da palavra que atravessaram e atravessam a própria configuração do campo científico talvez nos permita, mais especificamente, interrogar a linguagem de nossas disciplinas, revelando, ainda, as especificidades no próprio processo histórico de certas “cidades” de se auto definirem como tal.

O problema que se desenha, portanto, não resulta da multiplicidade e da descontinuidade de pontos de vista perceptíveis nas diversas “teorias” sobre a cidade, construídas a partir de definições implícitas sobre ela. O que parece exigir maior clarificação são as formas como as *nossas disciplinas específicas* lidam com este capital de conhecimento e com esta polissemia e, sobretudo, com a sua própria construção histórica como campo disciplinar e de saber em relação às formas de vida social.

De fato, até que ponto diversos autores contemporâneos têm dado mostras de se deter em certos termos de sua linguagem científica e no próprio sentido que ele próprio (ou seu campo disciplinar) lhe atribuí, como é o caso da palavra “cidade”? Isto é, tem cada autor clareza dos usos que faz da noção de cidade e esclarece o seu leitor quanto a isso? Fala-se, por exemplo, de uma concentração demográfica; de uma forma física; de uma organização social, econômica e política; de um modo de vida ou de uma mentalidade? Fala-se de uma dimensão construída ou de instituições? Fala-se das populações de baixa renda ou das lógicas dos homens de negócio? Poderia-se perguntar, também até que ponto este exercício crítico já teria conseguido chamar a atenção justamente para certas formas de experiência – “marginais”, “datadas” ou sequer registradas nos livros – no que podem revelar de suas visões cotidianas, de sua potência em trazer insumos para reflexão para o momento contemporâneo? Em suma, em um momento em que tanto se faz referências aos atores sociais, investiga-se o modo como cada cidade se constitui e se define como “cidade”?

Ora é aqui aqui que às diversidades e descontinuidades temporais e disciplinares já mencionadas podem passar a ser investigadas também àquelas advindas de situações históricas e geográficas ainda mais específicas.

As diferentes percepções da cidade cristalizadas até os anos 1980-90 e sobretudo as acepções que a palavra vem adquirindo em algumas teorias contemporâneas aliadas à um diálogo frágil entre “saberes” urbanos, traz

implicações ainda maiores diante dos desafios colocados à reflexão e à ação por sociedades altamente heterogêneas, desiguais e múltiplas socialmente e culturalmente como é o caso, por exemplo, da sociedade brasileira. No caso, cada “cidade”, assim chamada, mostra, de maneira absolutamente evidente, os seus processos de territorialização, de construção social de normas e formas e o abandono ou a resignificação delas, que não só exige dos seus analistas uma tomada de posição crítica em relação ao vocabulário urbano e urbanístico em circulação quanto a reconsideração, em tempos longos, de diferentes fixações ou deslocamentos de significados sobre o conceito de “cidade”.

Uma vez que a metáfora da visão matemática e, sobretudo, geométrica de mundo e das relações sociais continua operante, talvez possa-se dizer que a posição “relativamente periférica” que o Brasil vem ocupando no processo de interação entre assentamentos humanos, regiões e países permite ver a sua história como um “sismógrafo” de momentos particulares em que grandes fluxos concentram-se (e, às vezes, convergem) em (para) certos pontos do planeta. Certas “cidades”, então, constituem, para si mesmas, emaranhados de nós de diferentes percepções de tempo, de normas e de expectativas, de formas de luta e de resistência ou de explicitação de assimetrias e diferenças, às vezes com uma grande carga de violência.

Contudo de nada valeria avançar nas tentativas de desconstrução de certos conceitos de cidade que estas situações permitem pensar sem apontar alguns traços recorrentes nas práticas discursivas do campo científico e que evidentemente foram gestadas também em situações históricas específicas, tornaram-se hegemônicas e de amplo uso, sem contudo serem avaliadas em seus pressupostos e sua aplicabilidade generalizada frente à um novo cenário de mudanças. De fato, as representações sociais (inclusive as do campo das ciências) não apenas balizam o campo do perceptível e do pensável “científico” mas também mantêm seu enclausuramento e talvez daí advenha a dificuldade

contemporânea em lidar com sistemas urbanos que revelam-se cada vez mais heterogêneos e imateriais em suas lógicas.

Perplexidade e abstração: os ritmos das palavras e das conceituações

Nas últimas décadas, para além do aumento das ambivalências nas concepções do próprio objeto de estudo – *cidade* – constata-se que, muitas análises também adotaram ora um certo tom de perplexidade, ora um alto nível de abstração ao falar de suas conformações. Grande parte da produção dos anos 90, diante das rápidas mudanças socio-espaciais observadas, manifestou um “estranhamento” em relação ao momento atual da história das “cidades” que se fez acompanhar de textos e iniciativas que passaram a apontar como causa das mudanças de cenário fenômenos e processos “novos” guiados pelo neo-liberalismo, como a “globalização” ou a “espetacularização” de aspectos da vida social.

No caso, a perplexidade e a abstração pode ser observada em diversos textos de arquitetos, sociólogos, geógrafos, urbanistas que buscando sinalizar uma mudança nas formas de interação social e em suas territorializações visíveis levou à construção e generalização de novas expressões adjetivadas como a “cidade contemporânea” (1988) e a “cidade genérica” (1994) de Koolhaas e as “cidades globais” (1991) de S.Sassen entre tantas outras, como já mencionamos. Quanto mais especializadas nas análises conjunturais e distanciadas do trato com processos históricos e com os atores sociais observados de modo mais próximo, as áreas de saber reagiram com maior estranhamento e perplexidade a certos processos como as “macro regulações econômicas e de mercados”, os “impactos tecnológicos” ou as “reconstruções da imagem das cidades” desenvolvendo discursos generalizantes pautados na maior parte dos casos em observação de aspectos econômicos e materiais mas, sobretudo, visuais das cidades, observados em temporalidades curtíssimas.(Pereira, 2006)

De todo modo, essa tendência pareceu resultar do próprio peso da configuração do campo do conhecimento: dividido em “disciplinas” e em “saberes” cada qual com suas próprias definições do que seria a “cidade”, suas percepções dos sintomas de mudança e maior ou menor interesse pela recorrência ou singularidade desses novos fenômenos e processos levando-se em conta a história das cidades observadas em tempos mais longos.

Em grande parte dos textos a “cidade” passou a ser tratada de modo reificado e homogêneo. Dotada de diferentes qualidades, elas tornaram-se “competitivas”, “exitosas” ou “decadentes”, mostraram sua “vitalidade” e se tornaram os “atores centrais” ganhando “papéis” na nova economia globalizada. Desejando definir os “novos cenários” muitos autores deixaram em um segundo plano perspectivas de análise capazes de questionar como se desenham e em quais camadas e ritmos temporais tanto aquilo que percebemos como processos comuns quanto singularidades. Em tempo de mudanças, as parcelas de originalidade e de resistência na ação de diferentes atores sociais em cada cidade e suas interações acabaram ora sendo pouco valorizadas em benefício de discursos mais genéricos, ora as lógicas de parte – empresários ou lideranças políticas, por exemplo - foram tomadas como o todo. Na verdade, o uso linguístico de sujeitos ocultos e indeterminados revelaria em que medida a cidade passou a ser vista, ela própria, como uma totalidade unificada e como um “ator social”(Borja e Castells: 1996) contribuindo para ofuscar a ação conflitante e contraditória dos próprios atores.

Peter Marcuse, escrevendo sobre estes procedimentos discursivos na produção norte-americana em uma série de textos sobre a globalização, enfocando a posição “competitiva” das cidades ou as novas tecnologias de informação e comunicação, ou alertava que a palavra cidade usada deste modo aparentemente neutro torna-se, às vezes malgrado o interesse de seus autores, uma maneira de suprimir questões de classe quando de fato as envolve diretamente. (Marcuse: s.d.)

Na verdade o próprio conceito de “globalização” exigiria aqui ser colocado em outra perspectiva menos vinculada ao sistema econômico. Quando se leva em conta diferentes temporalidades nos estudos urbanos, impõe-se por exemplo que a “globalização” é um longuíssimo processo que se confunde com a própria construção da “cidade” e das “idéias de cidade”. Na verdade, a “globalização” é a face de um mesmo processo de expansão e reconstrução das redes de intercâmbio e trocas e de macro regulações que tem a cidade como um dos seus pilares e mobiliza diferentes tipos de “capital” .Em consequência, ela não só não é um fato novo, como possui “uma” história, que no entanto, não se declina no singular. (Pereira:2006)

A leitura dos compêndios de “história das cidades” ou de certos textos da “história das ciências sociais e humanas” nos permitem constatar o quanto são recorrentes os processos de mudança de escala, ritmo ou duração nas interações das cidades bem como os processos de regulação nas tecnologias de comunicação e informação, de “ajustes” macro-econômicos ou de investimento nas reformas da imagem das cidades. O mesmo pode se dizer quando examinamos de modo mais fino indivíduos e grupos verificando quando, porque ou como mobilizam, interpelam e reconfiguram características “globais” e “singulares” das próprias formas de vida social em suas práticas mais cotidianas ou quando o próprio campo científico (re)contrói suas teorias e conceitos.

Perplexidade ou abstração tornaram patentes entretanto as dificuldades disciplinares de se considerar “cidades” seja como lugares, atividades, fluxos, instituições, sujeitos, linguagens ou interações envolvidas em processos históricos e em situações específicas de existência. A mesma dificuldade de compreensão das práticas científicas como práticas históricas pode ser apontada uma vez que o próprio processo de construção científica de conceitos também acabaram não sendo analisado em suas situações de enunciação, declinação, recepção ou superação.

Ora, aqui também é preciso observar certos ritmos. A produção de discursos abstratos sobre as “cidades” que se seguiu à perplexidade já evocada, também mostrou as limitações do alcance de mudanças de ordem teórica que vinham sendo feitas lentamente desde os anos 60 e que se aceleraram entre o fim dos anos 70 e o início dos anos 90, levadas a cabo em certos meios intelectuais. Não poderemos avançar aqui as causas dessas assimetrias no próprio campo epistemológico. Entretanto, constata-se que o ritmo de circulação dessa nova leva de textos reificados ou abstratos e, de todo modo, genéricos sobre a “cidade” a partir de meados dos anos 80 passou a ser difundida pelo mercado editorial transnacional desenhando uma curva ascendente mais pronunciada e mais rápida do que a curva das especulações epistemológicas que, no entanto, vinha se desenvolvendo em certas áreas e em certos meios.

De todo modo, se houve naqueles anos uma revolução “anti-funcionalista” no campo intelectual e que identificou ainda com maior clareza os “a priori” e a “metafísica” que permeava as ciências humanas e sociais, pelo menos duas de suas contribuições devem ser mencionadas. A primeira foi a ampliação da atenção que passou a ser dada aos atores sociais. Indivíduos, grupos e instituições, as suas visões de mundo, suas práticas, a recepção de idéias e ações ganharam, pelo menos a partir do final dos anos 70, novo estatuto. Muitos autores passaram a acompanhar o desenvolvimento dos estudos de história urbana e a estudar as “cidades” considerando a co-presença e o contraste das diferentes lógicas dos atores sociais, os ritmos temporais contraditórios e conflitantes de suas ações.

Ora, a segunda grande contribuição trazida por uma geração de pesquisadores de diversos horizontes envolvidos nestes deslocamentos de abordagem e de linguagem foi justamente de ordem temporal. Isto é, já ao longo dos anos 80 uma renovação de métodos quantitativos de análise somados à valorização das abordagens qualitativas, tornava cada vez mais evidente que as categorias temporais historicamente construídas e vistas com naturalidade nas análises científicas das cidades e dos sistemas urbanos eram tributárias de uma visão da

duração e da ação de tipo matemático: unívoca, mono-orientada e determinada. Talvez seja este esforço concentrado em algumas instituições francesas que explique o sucesso da Nova História Cultural e da Nova Geografia Cultural e o interesse pela tradição da Ecole des Annales naqueles anos, embora esse movimento tenha envolvido pesquisadores de outros horizontes geográficos e disciplinares naqueles anos ou antes disso. (Mey e Mruck:2007, 139)

Em todo caso, assim como passado, presente e futuro se organizavam sobre uma mesma linha, a análise dos processos históricos mostravam ser uma simples resultante de causas e seus efeitos em tempos longos, curtos ou médios. (Cf. Lepetit e Pumain, 1993) No campo da historiografia, pôde-se, assim, tanto consignar as contribuições de F. Braudel ao contrapor, à linearidade e a concordância de tempos históricos na análise dos fenômenos de crescimento em ritmos diferenciados de certas cidades do mediterrâneo, as noções temporais de “conjuntura” e “estrutura”, como apontar os seus próprios limites.

Na verdade, passou-se a discutir a própria configuração dos campos disciplinares diretamente organizados com os saberes urbanos, seus modelos ou grades de leituras e as escalas *de tempo* e *de espaço* na qual situam os seus focos de análise das formas físicas ou sociais. Considerações que hoje podem parecer óbvias foram longamente debatidas em certos grupos (Lepetit e Pumain: 1993) constatando-se, por exemplo, que em relação às ordens temporais, arqueólogos e historiadores quando falam de “cidade” consideram tempos longos, enquanto planejadores urbanos e urbanistas tendem a observar a “camada fina do tempo presente” quando projetam o seu futuro. Por outro lado, em termos das relações formais que interessam diversos campos disciplinares constatou-se que uma série de escalas - do edifício ao quarteirão, da cidade enquanto totalidade ao seu funcionamento em rede – são adotadas segundo se é arquiteto, geógrafo, economista ou sociólogo. Ora, dessas constatações iniciais as reflexões passaram a contemplar as formas e os modos segundo os quais socialmente se

fala da cidade (Topalov e Depaule) ou se divide a cidade (as escalas de observação cabíveis) ou o tempo em suas diferenças e ambivalências.

De fato, o forte debate intelectual travado nas décadas de 70-80 envolvendo um número cada vez maior de pesquisadores contribuiu no sentido de romper com a estabilidade de um quadro temporal pensado segundo uma “linearidade” e no qual a diversidade e descontinuidade eram observadas. De início a mudança dos sistemas urbano passou a ser analisada por pesquisadores que seguiam estas vertentes “a partir das interações entre as escalas microscópicas dos comportamentos individuais e a escala macroscópica das configurações urbanas [e em termos braudelianos], entre a dinâmica rápida das conjunturas e a dinâmica lenta das estruturas.” (Lepetit e Pumain: 1993). Entretanto os cenários de crise alternados aos de expansão, o caráter contraditório do desenvolvimento econômico ou as assimetrias sociais e culturais contribuíram para denunciar uma certa percepção da “perda de sincronia”. A crítica histórica passou a se familiarizar, assim, não apenas com os mecanismos culturais que engendram a cristalização de certas lógicas e visões de mundo em tempos longos, mas também, com as tensões, recuos e as bifurcações que permeiam esse processo em diversas temporalidades e escalas percebidos e definidos pelos próprios indivíduos e grupos.

Estas argumentações e debates teóricos tiveram um importante papel ao incitar as ciências humanas e sociais a reconsiderar sua maneira de pensar as mudanças sociais e territoriais e a adequação de certas formas de análise. Mas no interior do próprio campo intelectual estas experiências não foram igualmente compartilhadas. Daí a necessidade de clarificar noções e conceitos que com frequência são colocados em circulação mas continuam não sendo pensados como um pensável “encarnado” social e culturalmente e, assim, dotados de historicidade, isto é, como noções que embora aspirem a uma universalidade da própria condição humana são enunciadas a partir das situações concretas de saber e das posições e visões de cada autor.

De todo modo, a circulação de discursos genéricos e fechados neles próprios, pairando sobre os estudos urbanos parece estar causando uma dupla dificuldade. Por um lado a de promover o aprofundamento de análises mais transversais e comparadas de uma situação a outra e por outro lado a de ampliar a própria crítica de uma certa visão e prática científica que em seus exercícios analíticos neutraliza indivíduos, grupos e suas histórias e que mostra-se difícil de demover.

Ora, como respeitar os atores sociais, as temporalidades de suas práticas e de suas representações sobre a vida coletiva em *nossas disciplinas*? Como se precaver das armadilhas tanto do *materialismo* excessivo quanto do *visibilismo* implícitos nas definições hegemônicas de cidade e que são reproduzidas em muitas das formas atuais de análise? Como desnaturalizar o uso sobretudo de alguns conceitos de cidade, mostrando-os justamente como construções históricas cujas implicações para a análise de formas de vida em sociedade é possível apontar e criticar?

Ao que parece, se quisermos reconhecer politicamente hoje a pluralidade, a diversidade e a complexidade tantas vezes mencionadas, por um lado seria desejável começar pelo seu reconhecimento no interior dos próprios campos disciplinares (e culturais) problematizando o uso “naturalizado” que se faz de palavras ou conceitos e mais ainda o seu uso aplicado e genérico na observação dos processos sociais. Entretanto, por outro lado, entre as abordagens funcionalistas, estruturalistas, regionalistas ou os estudos culturais de gênero, o desafio continuaria sendo o de apontar convergências, divergências, descontinuidades culturais e históricas nestas e em outras expansões e reconfigurações de alianças e fronteiras, e científicas inclusive.

Marítima, líquida e nômade... cidade : de (algumas de) suas definições e usos

O amplo questionamento contemporâneo do “viver em cidade” e do “viver cidade” teve o mérito de levar a que se começasse a ser desnaturalizada a própria construção histórica da *cidade* como suporte da vida coletiva, revelando os múltiplos pactos sociais que pressupõe a sua própria existência como forma material e sócio-política, isto é nos termos em que vinha sendo definida até pelo menos o século XIX.

Vejam os alguns avanços e bifurcações nesse processo embora a começar pelas passagens de uma língua à outra, as diferenças na adoção do termo genérico “cidade” já se manifestem nas próprias línguas de matriz latina – *cidade*, *ciudad*, *cibtat*, *ville*, por exemplo. Entretanto, à leitura de alguns autores do passado que se dedicaram a pensar também este processo é possível pontuar entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XX o lento esgarçamento no campo científico de uma compreensão da cidade como sinônimo primeiramente de um lugar preciso, delimitado, compacto, fechado e denso dotado de privilégios jurídicos e simbólicos ganhando outras acepções. A linguagem revela assim a percepção de mudanças sociais que evidentemente não seriam apenas de escala.

As definições de “cidade” até o final do século XVIII repousavam sobretudo em significações jurídicas e formais e neste segundo sentido sobretudo em termos visuais em relação à sua aparência construída e populacional.

Começamos entretanto, lembrando primeiramente que a palavra “cidade”, do latim *civitas*, em língua portuguesa passou a ser empregada com a formação do reino de Portugal e com a cristianização de partes da península ibérica, em grande parte ocupada pelos árabes. A palavra *civitas* ou cidade, passou assim a ser atribuída nos séculos XII – XIII às sedes dos arcebispados que foram sendo criados, guardando tanto um sentido religioso quanto de aliança política em relação à uma idéia compartilhada de Ocidente que foi se firmando com a reconquista de

povoações ocupadas pelos *mouros*, com a proteção dos Templários e da Santa Sé, a partir da ação de D.Afonso Henriques, reconhecido Rei em 1143. Cidade era um título que se atribuía assim, como no período romano, apenas as povoações ou assentamentos que embora regidas por leis próprias (cartas, forais) estavam reunidas sob um pacto comum.

Durante a Idade Média as “cidades” conviveram com diversas formas de assentamentos de diferentes tamanhos e com estatutos jurídicos diversos que guardavam suas denominações de origem: “villas”, “bairros”, “aldeas”, “coutos”, “freguezias”, “paróchias”, “conselhos” mas que foram se reunindo cada vez mais sob leis comuns e, pouco a pouco em uma hierarquia. Assim, o uso da palavra ganha importância sobretudo entre os séculos XV e XVI com a expansão atlântica quando seu sentido político se afirma, ganhando também mais nitidez seu sentido militar: as cidades passam a ser vistas também como “castelos” e “praças fortes”. As marcas históricas deixadas no plano linguístico, mas sobretudo as que simplesmente desapareceram, podem ser acompanhadas justamente em obras do séculos XVIII como, entre outras, o *Vocabulário Portuguez e Latino*, do padre Raphael Bluteau publicado entre 1712-21, o *Suplemento ao Vocabulário Portuguez e Latino* publicado em 2 volumes quase que em seguida em 1727-28, ou em obras mais tardias como o já assim chamado *Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre R.Bluteau corrigido e acrescido por Antonio de Moraes e Silva* em 1789 ou ,enfim, no *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje se ignoram* de Joaquim de Santa Rosa Viterbo, concebido entre 1789-99.

Numa publicação com este perfil não poderemos nos deter na análise fina destas obras mas cotejando-as examinemos rapidamente alguns deslocamentos de sentidos que já estavam sendo cristalizados na língua portuguesa para a palavra *cidade*, mostrando, no plano linguístico, uma desestabilização de certas definições em benefício de outras. Assim, Raphael Bluteau no seu *Vocabulário Portuguez e Latino* começava seu verbete buscando definir a palavra nos seguintes termos: “Cidade, Cidâde. Multidão de casas, distribuídas em ruas &

praças, cercadas de muros & habitadas de homens que vivem com sociedade, & subordinação”.

Três aspectos chamam atenção na definição de cidade de Bluteau, dois aspectos propriamente novos e relacionados e um, terceiro, mais arcaico. A novidade é que a cidade define-se assim de modo *quantitativo*, isto é em termos de *densidade* (*multidão* de casas) e de modo *topográfico*, isto é, e em torno de suas estruturas *visuais* e *materiais* (*multidão de casas, distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros....*). A terceira definição com um sentido social e político seria assim a mais arcaica e talvez não seja por acaso que foi a última posição no verbete (*...habitadas de homens que vivem em sociedade e subordinação*).

Pode-se dizer que Viterbo empreendeu a redação de seu *Elucidário* para responder de certo modo a estas definições mas também as ambivalências que começavam a se manifestar. Viterbo por exemplo esclarece que desde o fim do século XII até o século XV muitas vezes a palavra *villa* é um sinônimo de *cidade* [Viterbo 1798] e isto porque muitas *villas*, assim chamadas, também possuem ou receberam aquele título. A preocupação em historicizar os conteúdos que iam sendo associados à palavra já ocupara antes dele também Moraes e Silva. Este, “corrigindo” Bluteau no seu *Diccionario* de 1789 se preocupara em prestar também atenção para as diferenças de uma região cultural a outra nos sentidos e na ênfase dada aos mesmos na definição das palavras. Moraes e Silva anotava, por exemplo, no verbete *foral* diretamente ligado ao estatuto político das cidades: “(...) No Diccionario de Moreri, impresso em Paris, no anno de 1699 acharás que há em França mais de 3 mil cidades entre grandes e pequenas. No terceiro tomo de sua Geografia Universal A.Pher de la Croix conta as cidades de França por outro modo, diz que tem 400 cidades grandes e 127.000 villas muradas...” O que se percebe é a introdução aqui de graus diferentes de cidades e ambiguidades em decorrência da forma *material* da cidade. Em francês as “villes” podem ser “grandes”, “pequenas” ou “muradas”. Em português Moraes Silva, revendo o dicionário de Bluteau também registra os deslocamentos “cidade, povoação de

graduação superior a das villas”. [Silva 1789]. É o aspecto da dimensão populacional do grupamento social que começa a se fixar no conceito de cidade.

Em 1798, Viterbo já acharia por bem inserir a palavra dentre as muitas que tiveram suas antigas acepções esquecidas dedicando-se longamente a ela e que aqui tratamos de maneira sintética. Dando maior precisão ao verbete de Bluteau ele resumia em um linguajar e uma grafia mais familiar aos nossos: “Cidade I. Hoje chamam Cidade a uma multidão de casas, distribuídas em ruas, praças, e habitadas de gente, que vive em sociedade e em subordinação às leis gerais do Reino ou Província; ordinariamente assento de uma cadeira episcopal, e que algum dia foi cingida de muros, e guarnecida de castelos [...]”

A dimensão histórica na construção do conceito é privilegiada na definição de Viterbo que começa por sublinhar temporalidades distintas (*Hoje chamam Cidade a ...que algum dia foi*). Entretanto o olhar **visibilista** (poderíamos dizer visual e ocularcêntrico) e em decorrência **topográfico** e **materialista** na construção do conceito parece se afirmar começando pelo aspecto **quantitativo** [*Hoje chamam Cidade a uma multidão de casas, distribuídas em ruas, praças...*], precedendo e sucedendo, as dimensões **política** e, agora, também **religiosa** e **militar** do termo.

Quando se compara este processo com outras áreas geográficas os ritmos de fixação das expressões que se tornariam genericamente usadas para designar os assentamentos humanos – *cidade, ciudad, città, ville, stadt, city* – mostram, em suas diferenças, sobretudo a fixação de uma idéia de cidade definida por aspectos visuais e materiais (a forma construída da cidade) e pela densidade populacional.

Assim, por exemplo, esta tendência sobre as mudanças nas representações eruditas sobre o sentido de “ville” que, como se sabe, foi a palavra de raiz latina que historicamente se impôs na França para designar genericamente os assentamentos humanos podem ser constatadas entre final do século XVII e o final do século XVIII. O *Dictionnaire Universal* de Antoine Furetière de 1690

registra para *Ville*: “ habitação de um povo bastante numeroso que, ordinariamente, é fechada por muralhas”. O *Dictionnaire de l’Académie française* de 1694 é mais extenso e é ainda mais ênfático na descrição material e visual da cidade em detrimento do aspecto social: “ grupamento de várias casas dipostas em ruas e fechadas por um fechamento comum, ordinariamente de muralha e fosso. [Le Dictionnaire de l’Académie, 1694, 658]. Enfim na *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert onde o verbete “ville” também foi definido permanece ainda mais clara a sua associação à definição de um “lugar” e à uma forma material que se dá a ver. A *Encyclopédie* reproduz a definição do *Dictionnaire de l’ Academie* mas o completa afirmando: “Para definir mais exatamente uma “ville”, [ela] é um recinto fechado por muralhas que encerram muitos quarteirões, ruas praças públicas e outros edifícios.”

Na França e na Inglaterra em fins do século XVIII, diversos autores revelam uma nova consciência sobre a “cidade” que se afirma entre a revolução de 1789 e as primeiras décadas do século XIX. Uma percepção do tempo e da história “novos” instigados pela própria revolução mas também pelas mudanças nas relações de trabalho, provocadas pela difusão das teses liberais, pela industrialização e, inclusive, por novas noções de direito público e privado, por exemplo, incitam os debates e os inquéritos sobre a utilidade, o papel econômico e político ou, simplesmente, as funções da cidade. [Roncayolo] Por outro lado, a concentração populacional, doenças, “desordens” morais e de comportamento individuais e coletivos num cenário cada vez mais anônimo mostra esse “novo mundo industrial e societário” e chama a atenção para a própria relação entre “meio” moral e físico.

Pode-se dizer que a dimensão **funcional** da cidade e sua definição em termos de um *mercado* ou de *relações de trabalho e produção* crescem com a própria organização da *economia* (oikos +nomia) como campo disciplinar e com o desenvolvimento do liberalismo que não por acaso se bate diretamente contra essa materialidade e enclausuramento da visão de cidade hegemônica no final do

século XVIII. Mas se o conceito de cidade se amplia para acolher a dimensão econômica e **funcional** e alguns autores passam a vê-la agora como o 'lugar' de moradia e de trabalho de um novo tipo de sociedade, outros passam a considerá-la como fenômeno historicamente datado e, eventualmente, superável.

As antologias elaboradas em diversos países nas últimas décadas sobre a história do pensamento urbanístico evidenciaram como muitas haviam sido as vozes que já no século XIX questionaram as próprias representações consolidadas da "vida em cidades" e da "cidade". De Fourier a Simmel, de Kropotkin a Tönnies ou de Soria y Matta a E. Howard, críticas, reformas ou revoluções das "estruturas" materiais ou morais das cidades não só se acumularam como construíram uma percepção estreitamente causal de ambos aspectos. A cartografia e sobretudo os panoramas urbanos e a difusão de álbuns ilustrados ampliando esses mecanismos ao banalizar as imagens das cidades e habituar aos novos e velhos cidadãos a ver o "cenário" onde habitam, ensinando a comparar as suas formas construídas e a ler as identidades coletivas em objetos e edificações. A multiplicação de **desenhos** de "cidades" ou "assentamentos" que "continham" uma proposta de modo de funcionamento social até meados do século XX só confirma diferentes expressões autorais desse mesmo processo.

De todo modo, na intensa "globalização" de início do século XIX a cidade passa a ser qualificada em relação às suas funções e à sua identidade social **impregnada em sua aparência**. O que se vê é: cidade "capital", "industrial", "histórica", "balneária" levando à uma funcionalização da vida social capaz de exprimir-se visualmente que só tenderia a amplificar-se. É aqui que entendemos a importância que a ideia de matéria alcança em tantos pensadores do segundo grande salto de "globalização" em meados do século XIX marcada pela segunda revolução industrial: do "materialismo histórico" de Marx aos "interesses materiais da França" de Chevalier .

Aqui a lembrança da fórmula poética de Victor Hugo em meados do século XIX comparando a forma arquitetônica da cidade a um grande livro – *Cidade, bíblia de pedra* – não pode deixar de revelar essa ênfase pela cultura material das cidades e sua leitura em um sentido imediato das instituições sociais.

Como se sabe, a desnaturalização e historicização da idéia então vigente de “cidade”, considerada já por Marx, um processo ligado à história burguesa, isto é, antes de tudo, dos habitantes dos burgos, acabaria refreada. As forma de leitura e recepção de textos e projetos diversos - das comunidades fourieristas e anarquistas às cidades-jardins, das cidades-lineares às propostas dos *desurbanistas* soviéticos – neutralizariam a radicalidade dessas idéias que questionaram tanto o modelo socio político identificado com a cidade até então quanto sua forma material, física, construída guardando entretanto intocável a equivalência entre ambos.

Enquanto reformadores e revolucionários debatem seus novos modelos de assentamento humano a concentração populacional e econômica em certas “cidades” faz com que o fenômeno de polarização seja de tal ordem que já não se sabe como nomeá-las e o novo conceito de cidade que se fixa em torno das idéias de concentração populacional e de sinônimia entre forma física e forma social.

No final do século XIX vulgarizam-se expressões como a Grande Cidade, a Grande Paris, a Grande Berlim - ou palavras novas ou com novos sentidos como Metrópole, Cidade-satélite e Conurbação por exemplo. De todo modo a existência e perenidade da “cidade”, como forma física e social, continuaria, e por longo tempo, não só “naturalizada” como também a ser considerada ainda de modo mais potente, como o “lugar” e o “quadro” inexorável da vida em sociedade. A despeito dos conflitos em quase dois séculos pela manutenção ou superação da forma histórica “cidade” observa-se assim a persistência entre as análises que tomam a “vastidão da cidade e complexidades visíveis” como uma estrutura que

“expressa” a natureza humana, os hábitos e os costumes das pessoas que a habitam como décadas mais tarde repetiria Robert Park ou teóricos contemporâneos como Koolhaas.

Se nas últimas décadas alguns destes mecanismos foram apontados em grande número de obras [Choay], a hipertrofia da dimensão *material* e *visual* da cidade, ignorando indivíduos e grupos na sua tecitura social, política e cultural e em seu modo mais banal, quotidiano e dinâmico de ação , continua a autorizar nos textos contemporâneos novas expressões, perplexidades, elogios ou condenações implícita nas diferentes “imagens” de cidades que vêm sendo evocadas de “cidades genéricas”, às “cidades em trânsito”, às “cidade sem limites” revelando a pregnância de um conceito **material, construído, visível e fechado** de cidade.